

Editorial

O direito a ter direitos e a educação para todos

O termo "Direito a ter Direitos" configura-se como um ponto de partida fundamental para discutir a educação universal. Este conceito, cunhado por Hannah Arendt e desenvolvido por diversos pensadores, vai além da simples garantia de direitos catalogados. Refere-se à condição básica de pertencimento à comunidade política, à possibilidade de ser ouvido, visto e considerado como um ser dotado de dignidade e capacidade de agir no mundo. Nesse sentido, a educação para todos emerge não como um favor estatal, mas como o direito fundante que possibilita o acesso e a reivindicação de todos os outros direitos, o que necessariamente inclui a Educação de Jovens e Adultos para quem não teve, por qualquer motivo, a educação assegurada no tempo regular.

Sem educação que desenvolva o pensamento crítico, a autonomia moral e a compreensão do espaço público, o indivíduo permanece à margem da verdadeira cidadania. Ele pode ter, formalmente, direitos à saúde, ao voto ou à propriedade, mas carece das ferramentas intelectuais e sociais para defendê-los, ampliá-los e exercê-los em sua plenitude. A educação, portanto, é o mecanismo de ingresso na humanidade política.

Nesta análise, é crucial afastar-se de qualquer visão simplista ou salvacionista. Não se pode crer na apologia de partidos políticos, sejam de esquerda ou de qualquer outra orientação, como agentes redentores únicos do Estado-Nação no campo educacional. A história demonstra que a educação de qualidade e universal é uma conquista social complexa, fruto de lutas coletivas, pressões da sociedade civil, avanços jurídicos e, em alguns momentos, de políticas estatais transversais. Reduzi-la a um projeto partidário é empobrecê-la e submetê-la aos ciclos eleitorais e às ideologias momentâneas, arriscando sua continuidade e seu caráter universal. O compromisso com o direito à educação deve ser um pacto civilizatório, anterior e superior às oscilações do poder político, embora por ele deva ser implementado.

Neste contexto, a educação técnico-científica da população assume um papel de dupla importância, em linha com uma visão integral de formação. Em primeiro lugar, é uma ferramenta poderosa de emancipação econômica e inserção produtiva. Em um mundo marcado por revoluções tecnológicas aceleradas, dominar saberes científicos e competências técnicas é condição para a empregabilidade, a geração de renda e a superação de desigualdades materiais. Impede que grandes parcelas da população sejam confinadas à marginalidade do mercado de trabalho ou à dependência perene de programas assistenciais.

Contudo, sua relevância não pode ser apenas instrumental ou economicista. Em segundo lugar, e de forma mais profunda, a educação técnico-científica, quando bem compreendida, é formadora do espírito crítico. Ela ensina a observar fatos, a testar hipóteses, a exigir evidências e a raciocinar com lógica. Uma população com

alfabetização científica não é apenas mais produtiva; é mais difícil de ser enganada por discursos autoritários, pseudociências, negacionismos e manipulações políticas grosseiras. Ela desenvolve um ceticismo saudável e uma confiança baseada no método, não em dogmas. Assim, a educação técnico-científica se soma à educação humanística para compor o cidadão completo: capaz de trabalhar, produzir e, ao mesmo tempo, de questionar, compreender e transformar sua realidade social.

O "Direito a ter Direitos" materializa-se, em grande medida, através de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e para todos. Esta educação deve recusar os salvacionismos político-partidários, afirmando-se como um valor republicano e um projeto de nação de longo prazo. Seu currículo precisa integrar, de forma indissociável, as humanidades e as ciências. A educação técnico-científica, longe de ser um treinamento utilitarista, é um pilar dessa formação integral. Ela garante não só o sustento, mas também a lucidez do cidadão, capacitando-o a navegar e a intervir em um mundo complexo. Só assim a educação cumprirá seu papel de fundar, para cada indivíduo, a condição de sujeito de direitos – um ser que não apenas os possui no papel, mas que tem a capacidade, a consciência e o poder para vivê-los e defendê-los. Este é o caminho para uma democracia substantiva e para uma nação verdadeiramente soberana, construída pela inteligência e pela mão de seu próprio povo. Nossa expectativa é a de que este número dos Cadernos Pedagógicos possa abrir trilhas para se dialogar e repensar a educação de direitos e para o direito do cidadão em qualquer nação que viva.

Verão de 2026

Paulo Gomes Lima

Editor